

Criança e Consumo

Entrevistas

**Erotização Precoce e
Exploração Sexual Infantil**



Ana Olmos
geração perdida

Veet Vivarta
ambiguidades

Patrícia Saboya
mercado do sexo

Albertina Duarte
alvos do lucro

Rodrigo Nejm
crimes virtuais

Paulo Caldas
pura ilusão

Criança e Consumo **Entrevistas**

Erotização Precoce e
Exploração Sexual Infantil

Produção e supervisão: equipe Projeto Criança e Consumo

Coordenação Editorial: 2PRÓ Comunicação

Jornalista Responsável: Myrian Vallone - Mtb 18.229

Repórteres: Júlia Magalhães e Juliana Melo

Fotos: Tainá Frota, Fred Jordão, Roosevelt – Agencia Estado,
Renata Ursoia, arquivo Governo de São Paulo, Edson Ruiz

Diagramação: Eliana Borges

Revisão: Patricia Cifre

Ano: 2009

Entrevistas realizadas entre janeiro e fevereiro de 2009

Instituto Alana

Projeto Criança e Consumo

Presidente: Ana Lucia de Mattos Barretto Villela

Coordenadora Geral: Isabella Henriques

Coordenadora de Educação e Pesquisa: Lais Fontenelle Pereira

Rua Sansão Alves dos Santos, 102 – 4º andar

Cep: 04571-090

Telefone: (11) 3472-1600

E-mail: criancaeconsumo@alana.org.br

Site: www.criancaeconsumo.org.br

Sumário

Introdução pág 04

“Na publicidade, o paradigma e o modelo de pertencimento são dados de fora para dentro”

Ana Olmos pág 06

“Existe um déficit democrático no Brasil em relação à comunicação”

Veet Vivarta..... pág 14

“Lutar contra o turismo sexual só é possível com inteligência”

Patrícia Saboya pág 26

“A erotização, mais que uma violência, é um retorno à escravidão”

Albertina Duarte..... pág 38

“O que falta no Brasil é ética empresarial”

Rodrigo Nejm..... pág 48

“Elas gastam de forma frívola porque não pensam no futuro”

Paulo Caldas pág 62

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2008, o Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana, iniciou uma série de entrevistas para sua newsletter online com o objetivo de abordar os impactos negativos do consumismo infantil nas esferas social, ambiental e econômica.

O conteúdo dessas entrevistas foi sendo, ao longo de 2009, transformado em sete edições impressas, cuja missão é promover a reflexão a respeito dos padrões de consumo estabelecidos pela política atual de mercado.

Os livros tratam dos reflexos do consumo na sustentabilidade do planeta; na erotização precoce e exploração sexual infantil; nos altos índices de transtornos alimentares e obesidade infantil; no alcoolismo entre crianças e jovens; na convivência familiar; na diminuição das brincadeiras criativas e na violência e delinquência.

Segundo livro da série, ***Erotização Precoce e Exploração Sexual Infantil*** traz depoimentos dos especialistas Albertina

Duarte, Ana Olmos, Patrícia Saboya, Paulo Caldas, Rodrigo Nejm e Veet Vivarta. Cada um deles, a seu modo, afirma que a comunicação mercadológica tem impactos muito fortes na sexualidade de crianças e adolescentes, acarretando sérias e desastrosas mudanças de rumo em suas histórias de vida. A perda da autoestima, o mercantilismo sexual, a gravidez precoce e a violência são alguns dos retornos negativos do encurtamento da infância gerados pelos abusos tão frequentemente observados atualmente.

A infância, preservada e cuidada, é a base para uma vida adulta saudável. Eis aqui mais uma oportunidade para refletirmos sobre o que podemos fazer para protegê-la e proporcionar às crianças condições para um desenvolvimento mais feliz e saudável.

Boa leitura!

Isabella Henriques

Coordenadora geral
Projeto Criança e Consumo

“Na publicidade, o paradigma e o modelo de pertencimento são dados de fora para dentro”



Foto: Renata Ursaiá

A n a O l m o s

atende crianças há 30 anos. Algumas delas com problemas relacionados à erotização precoce, tema complicado de ser identificado e, muitas vezes, difícil para ser lidado pelos pais e responsáveis. Quando esse é o assunto, uma coisa é certa: a sociedade precisa estar atenta ao que as crianças fazem e ao que assistem na televisão. E não se pode ter medo de impor limites.

Nesta entrevista ao Projeto Criança e Consumo, a psicanalista, conselheira do Projeto e membro do Conselho de Acompanhamento da Mídia da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados esclarece algumas dúvidas e mostra como a publicidade usa a fragilidade das crianças para aumentar as vendas de produtos e serviços, às vezes, apelando para uma linguagem que pode contribuir para a erotização precoce.



Projeto Criança e Consumo - O que é erotização precoce?

Ana Olmos - A erotização é precoce quando acontece antes da faixa etária correta da criança para determinado estímulo. Ela é precoce também se os conteúdos que aparecem para ela são precoces à sua faixa de idade. Vou dar um exemplo: se você conversa sobre sexo com uma criança de 12 anos, que já tem uma ideia sobre o assunto, está dentro daquilo que seria o esperado para essa faixa etária. Agora, se aquilo que é sugerido ou até mesmo estimulado está fora dessa faixa etária, podem surgir problemas. Esse tipo de atitude é ruim e deixa a criança perdida. São informações de difícil compreensão e que podem ter impactos negativos para ela.

Existe relação entre erotização precoce e consumismo na infância?

Para um menino de 12 anos, por exemplo, ser aceito socialmente é a coisa mais importante da vida dele. Ele pode se espelhar em hábitos, de um grupo de artistas ou de conteúdos que são veiculados na mídia. Isso vira um parâmetro para que ele esteja dentro ou fora do grupo. Mas, dependendo da idade, ele não tem senso crítico para avaliar se esse é um conjunto de atitudes que não tem relação com a maneira de viver dele, com a família, etc. A publicidade procura entrar nesse segmento de mercado, voltado para esses meninos e meninas, passando a ideia de que o consumo

é o caminho do pertencimento. Muita publicidade começa assim: “Se você gosta de tal coisa...”. “Se você quer ser como tal pessoa...”. E tudo isso bate fundo na necessidade de pertencimento. Só que, no caso, o paradigma e o modelo do pertencimento são dados de fora para dentro do grupo de crianças. Não é uma escolha, nem uma via de mão dupla.

A erotização precoce está nessa mesma linha?

Está. Recentemente vi uma reportagem que mostrava que as maquiagens para crianças estão cada vez mais sofisticadas. Às vezes, são maquiagens que têm como público-alvo quem tem poder de compra, mas todas as crianças veem. E isso gera um problema, pois muitas querem e não têm, sequer, condição econômica para comprar os itens básicos. No caso da erotização, a criança absorve modelos de atitudes, ainda que ela não possa consumir tal produto, para adquirir um pertencimento ao grupo. Os anúncios de publicidade capturam o momento espontâneo de desenvolvimento emocional para quem a inclusão ou a exclusão de determinado grupo social é questão de vida ou morte. É lançado com um belíssimo plano de marketing, que propõe uma forma de ser. Aquilo pega, você não sabe nem como pegou, e vai embora, para ser substituído por uma moda também inoculada. Nesse contexto, o erótico é distorcido em relação à idade e entra como mais uma forma de atração, fascínio e sedução. Os próprios significados são dados de fora para dentro.



As crianças se sentem atraídas sem saberem do que se trata?

É o que acontece. Exemplo disso são as músicas. Elas atraem a criança. Lembro do período da dança da garrafa, que tinha movimentos sexualizados que, provavelmente, a maioria das crianças menores, sequer, entendia. Mas na hora que ela repete, acaba absorvendo aquilo como valor, como desejável. E aquilo não é pensado por ela como algo que não deve ser feito naquela idade. Ela simplesmente repete. A criança aprende na repetição e procura fazer várias coisas que os outros fazem, sem entender um monte de sentidos que estão por trás daquelas atitudes.

Alguns argumentam que a “maldade” está na cabeça dos adultos, e que as crianças, por serem ingênuas, não sofrem influência de conteúdos mais “adultos”. Isso é verdade?

Todos nós temos uma espécie de filtro para várias situações. A criança não tem esse filtro para muitas coisas e absorve informações nocivas. A cada situação, o filtro pode cumprir ou não sua função, mas a criança não tem filtros para se defender. Com relação à publicidade, isso é complicado. A publicidade aqui no Brasil não está sujeita a uma classificação indicativa de horário, não é regulamentada como publicidade dirigida a crianças e adolescentes. E é uma publicidade que utiliza elementos de erotização que costumam estar sempre além da idade que aquela criança tem para poder avaliar criticamente.

Em que situação as crianças estão mais sujeitas a esses estímulos?

Crianças que precisam de um reconhecimento para elevar a autoestima se sujeitam mais a modelos externos. Às vezes, a menina está brincando de boneca, em suas brincadeiras de rotina, e não está pensando em namorado, em meninos, em dar selinhos. Mas, com a pressão do meio ambiente para que ela faça isso, aliada a uma falha narcísica de precisar ser reconhecida, valorizada, ela acaba indiscriminadamente se alimentando de modelos que não têm nada a ver com a sua idade emocional e cognitiva. Por isso, as crianças que têm esse perfil costumam ceder mais facilmente para serem aceitas.

Sem saber, os pais podem contribuir para a erotização precoce dos filhos?

Eu atendi uma família em uma situação assim. Um menino, entre 10 e 11 anos, começou a pedir para os pais comprarem a revista Playboy. E os pais começaram a comprar regularmente a revista, pois imaginavam que estava emergindo uma sexualidade no filho e que a repressão dessa sexualidade poderia trazer algum problema futuro para ele. Os pais estavam tão tomados pela ideia de que qualquer proibição significava autoritarismo que fizeram o que o menino pediu. Em relação ao que não é precoce e ao que é precoce, as próprias famílias estão muito perdidas. Elas ficam com tanto medo de errar, de fazerem um mal, de serem autoritárias, que acabam, sem intenção, contribuindo



para a erotização precoce. Os pais tentam acertar o tempo inteiro. Eles sofrem, sentem-se culpados. Essa é a grande maioria.

E como isso pode afetar a criança?

Essa situação de erotização precoce é uma situação descolada da realidade da criança. Tenho o caso de um menino de oito anos de uma família extremamente liberal. Ele ficava assistindo à programação erótica que aparecia na TV a cabo durante a madrugada. Às vezes, gravava para ver depois. O menino ainda não tinha iniciado os caracteres sexuais secundários. Ele não conseguia dormir à noite, ficava muito excitado. Isso também é erotização precoce. Erotização precoce também é você estar fixado em um desejo que não é o seu, que não corresponde à sua faixa etária de fato. Esse menino estava engajado a responder a um estímulo que não tinha correspondência com a faixa de idade dele.

Que sinais alertaram os pais de que o menino estava precisando de ajuda?

O menino veio aqui porque apresentou queda no rendimento escolar, dormia demais. Fomos em busca de saber o que estava disfuncional na vida dele, e, quando os pais souberam qual era o motivo, eles se perguntaram se deveriam proibir o filho de assistir aos programas com conteúdo erótico porque não queriam ser autoritários. Eu trabalhei muito com esses pais

a noção do que é ser autoritário. Os pais, em geral, precisam entender que dar limites é muito importante para o desenvolvimento dos filhos.

Como os pais podem lidar com essa situação?

Há ganhos de percepção que as crianças vão tendo quando elas avançam nas etapas do desenvolvimento. Esses ganhos são tanto no terreno cognitivo, quanto no terreno emocional. Por isso, na hora que passar um conteúdo, deve-se prestar atenção no que aquela média de idade comporta e também em que cultura essa criança cresceu. Então, por exemplo, para uma criança do campo, apesar de ter a faixa etária que poderia em tese receber uma informação determinada, pode não ser adequada à cultura dela. Porque ela tem os ritmos diferentes. Ela não tem os códigos visuais como as crianças das cidades e o dia a dia dela não é igual.





Foto: Tainá Frota



“Existe um déficit democrático no Brasil em relação à comunicação”

V e e t V i v a r t a

responde como secretário-executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância [ANDI], criada há mais de 15 anos por Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein com o objetivo de promover os direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação. Desde 1996, a entidade acompanha a cobertura de, ao menos, 50 diários brasileiros sobre os principais assuntos ligados ao tema.

A questão da violência contra a criança, especialmente no que diz respeito à exploração sexual infantil, tem sido foco de atenção no monitoramento da ANDI. Em 2007, 12,6% das notícias relacionadas à questão mencionaram políticas públicas; 9,4% mencionaram a legislação brasileira; 17,9% discutiram soluções. Para o jornalista, isso indica que a imprensa tem dado mais espaço ao tema e qualificado a produção de matérias sobre o problema.

Ainda assim, nesta entrevista ao Projeto Criança e Consumo, Veet Vivarta alerta que há muito o que fazer. "Temos um sistema que está, em grande parte, nas mãos das empresas privadas. Isso não está errado, é apenas um modelo. Mas nos esquecemos do mecanismo regulatório."



Projeto Criança e Consumo - Na sua opinião, como o Brasil trata a infância? Existe, de fato, uma preocupação com as novas gerações?

Veet Vivarta - Eu acredito que o Brasil, hoje – o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] é uma tradução concreta disso –, avançou muito em relação a de que forma responder de maneira concreta aos direitos da infância e da adolescência. É impossível fazer um balanço dessas duas últimas décadas sem reconhecer avanços importantes que foram colocados na legislação e que agora estão avançando também em termos de políticas públicas. Isso já pode ser festejado. Agora, se formos avaliar as áreas como um todo, é possível identificar questões que são relegadas a um segundo plano e que não avançam com a eficiência esperada. Podemos citar, por exemplo, um documento internacional, que é referência porque tem poder de lei no Brasil, que é a Convenção Sobre os Direitos da Criança. Quando observamos o artigo 17 dessa Convenção, que trata as questões de comunicação e de mídia, percebemos que estamos bastante atrasados nesse sentido. Sabemos que são inúmeros os estudos que nos permitem reconhecer o impacto e a importância dos meios de comunicação no processo de socialização desse público. Se, antigamente, tínhamos a família, a escola e a igreja como referências principais no processo de socialização da criança, hoje, a mídia não é só um quarto fator como, muitas vezes, é o principal.

Com relação ao papel dos meios de comunicação, existem três frentes fortes: o entretenimento, a publicidade e o jornalismo. Gostaria que o senhor comentasse a cobertura da imprensa aos eventos relacionados à infância e à exploração sexual infantil.

Em primeiro lugar, quando falamos em mídia, o público, em geral, não tem a percepção de que existem áreas específicas dentro desse universo que exigem um tratamento diferenciado, seja na sua operação, seja na análise do impacto dessas diferentes formas de mídia sobre as crianças e adolescentes. Então, como você menciona muito bem, publicidade, entretenimento e jornalismo devem ser abordados de formas diferenciadas.

No caso do jornalismo, o Brasil é, hoje, um exemplo no plano internacional de uma cobertura que vem se expandindo consideravelmente. A pauta da infância está mais consolidada nas redações em todo o país. Então, pode-se dizer que a imprensa se apropriou dessa pauta, a partir do ECA, oferecendo opiniões muito importantes a um debate público. A ANDI tem trabalhado muito em cooperação com outras organizações na América Latina, e temos visto que há outros países vizinhos onde esses avanços no campo do jornalismo ainda não se manifestam dessa maneira. Mesmo se cruzarmos o Atlântico, rumo à Europa, também encontraremos cenários onde existe jornalismo de qualidade, mas a pauta da infância ainda não foi compreendida e reconhecida pelas redações como uma pauta importante.



Não estou querendo pintar um cenário de que tudo é maravilhoso e que não existem problemas. Mas esse é um ponto muito importante a ser reconhecido. Há sinais claros de avanço tanto na quantidade como na qualidade das notícias.

E especificamente com relação à exploração sexual infantil?

É um tema bastante delicado. Primeiro porque ele está no âmbito de um foco temático mais amplo, que é a violência contra a criança e o adolescente. E aí, lamentavelmente, os números da imprensa brasileira estão muito fracos. Se tivéssemos de mencionar qual o ponto mais crítico da imprensa hoje em relação à criança e à adolescência, sem dúvida seria a temática da violência. Ainda existe um uso bastante grande de terminologias inadequadas, estigmatizantes, preconceituosas. Observa-se uma abordagem sensacionalista e muito centrada em fatos individuais – é o crime, é o hábito violento que são retratados. E, muitas vezes, com predominância de uma voz nessa cobertura: a voz da polícia. Nada contra. Eu acho que a polícia também tem de ser ouvida nesse tipo de trabalho jornalístico, mas quando ela se torna a principal voz, e, algumas vezes, a única, certamente não contribui para o enfrentamento do problema. Simultaneamente a isso, outro dado muito preocupante é que, dos vários temas ligados à infância e à adolescência, a violência é o que tem os menores índices de matérias com abordagem de políticas públicas. Não oferece à população nem aos tomadores de decisão insumos para discutirem esse

cenário a partir de políticas que realmente possam contribuir para a erradicação do problema. Esse é um limite grave.

Mesmo que a questão da exploração sexual infantil esteja atrelada a um tema mais amplo, que é a violência, observamos que a ANDI tem trabalhado bastante o problema. O cenário é o mesmo?

No âmbito da cobertura de violência, quando a encaramos com um caráter sexual, seja o abuso sexual, ou, principalmente, a exploração sexual de crianças e adolescentes, a cobertura se qualifica. Não é a cobertura ideal, mas, se comparada à cobertura que é dedicada aos outros tipos de violência cometidos contra a criança e o adolescente, ela apresenta indicadores bem mais saudáveis. Hoje, temos informações bastante claras de que inclusive os atores sociais que trabalham com a agenda da violência sexual reconhecem a mídia brasileira como um agente muito importante nesse debate por dar visibilidade às políticas de enfrentamento ao fortalecer realmente uma discussão mais qualificada. A ANDI dedica uma atenção especial a esse tema. Temos trabalhado com vários parceiros no sentido de fortalecer e diversificar ferramentas de apoio ao jornalista na cobertura dessas temáticas. E os resultados são extremamente interessantes. Um dos projetos é o Concurso Tim Lopes, um projeto de investigação jornalística que tem gerado reportagens muito interessantes, inclusive impactando concretamente investigações, debates no âmbito do Legislativo e tomadas de decisão pelo Executivo.



Mas sempre faço uma espécie de nota de rodapé para dizer que isso não significa um cenário perfeito. Por mais que o ECA deixe claro que a exposição da imagem da criança não é permitida, encontramos situações nas quais o repórter busca entrevistar a criança que sofreu a exploração sexual, desrespeitando a sua intimidade. É fácil encontrar exemplos de mau jornalismo na área, mas há avanços importantes e trabalhos excelentes.

Esse cenário é relativo à grande imprensa. E os jornais locais?

A ANDI analisa os 50 principais jornais do país e alguns telejornais de rede também. Mas não acompanhamos os chamados jornais populares, e alguns deles – não todos, porque algumas empresas de comunicação já adotaram critérios éticos bem mais claros –, infelizmente, avançam o sinal. Há um outro ponto muito grave que são os programas de jornalismo policial de apelo popular, veiculados na televisão e no rádio. Felizmente, esses programas diminuíram nas programações das grandes emissoras de televisão, mas estão se multiplicando em nível local. Aí sim, há uma cobertura jornalística, de todos os pontos de vista, de muito má qualidade. Um péssimo jornalismo, independentemente do foco ou público que está sendo coberto. Há, inclusive, uma discussão se isso deve ou não ser chamado de jornalismo, pois há uma exploração muito forte da miséria humana, das pessoas e uma exposição insistente de cenas dramáticas que, muitas vezes, traz um tom quase ficcional ao programa. É algo

preocupante, que exige um debate para dialogar com essas empresas no sentido de que os padrões éticos mínimos sejam mantidos.

Há diferença entre a qualidade dos programas produzidos para entretenimento e a qualidade dos programas jornalísticos, principalmente nas emissoras de TV?

Esse é um outro cenário complexo. Não é só preto no branco. O mal que acomete a maioria das emissoras é a ambiguidade. Pode haver um excelente programa jornalístico e, logo depois, em uma novela, observa-se um tratamento de conteúdos não adequados. É a mesma empresa, que pode ter um discurso bastante forte em relação à proteção dos direitos da criança e do adolescente, mas que não mantém coerência na sua grade de programação. Não que possamos condenar as empresas de comunicação e colocá-las todas no mesmo saco ou colocar toda a sua programação sob um único rótulo, seja esse rótulo positivo ou negativo. Existe um déficit democrático no país em relação à comunicação, à discussão do que é marco regulatório, do que são políticas públicas. Há uma espécie de vazio regulatório que permite esses comportamentos pouco coerentes.

E com relação à publicidade?

Hoje, existem publicidades que já começam a entender que o público infantil não deve ser o alvo de



determinadas mensagens. O Brasil está avançando nessa direção. Algumas empresas e agências começam essa reflexão; o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária [Conar] dá sinais de que está acordando para o tema. Mas também há uma série de conteúdos no âmbito da publicidade totalmente inadequados e voltados para o público infantil. Temos um cenário muito pouco regulado, sem parâmetros. E esse é o principal problema de fundo para a discussão que se faz no Brasil em relação a esses temas.

Qual é a sua percepção sobre a classificação indicativa?

A classificação indicativa é um elemento muito importante, e o Brasil deu um passo bastante grande nesse sentido. É claro que precisamos estar alertas para ver se ela está sendo devidamente implementada, mas existem dois elementos fundamentais para que possamos ter um cenário realmente a favor da promoção dos direitos da criança e do adolescente. O primeiro é que esse marco regulatório tem de nascer de forma ampla, contemplando questões que vão além da classificação indicativa. Quando você vai para qualquer outra área e passa a mencionar a questão da publicidade infantil, entra em um campo muito mais delicado. Há um parlamento onde os interesses estão muito claramente colocados, no sentido de não avançarem sobre os interesses dos grandes grupos de comunicação. Não é uma leitura casual, mas uma leitura do que historicamente vem acontecendo no Congresso Nacional. Acaba em uma gaveta, é eliminado da pauta

ou tem isso rolando indefinidamente nas esferas do Congresso. Estamos torcendo para que a Conferência Nacional de Comunicação seja um fórum para debater tais questões de forma aberta.

Há exemplos de países que tratam essa questão de forma mais adequada?

Esse cenário pode virar a nosso favor porque temos muitos exemplos de como se constrói um marco regulatório saudável. A Suécia, certamente, é um desses exemplos, assim como outros países europeus com democracia consolidada. Muitas vezes, as pessoas veem os Estados Unidos como uma sociedade na qual não há regulação no campo da mídia, e se assustam ao saber que possuem um dos sistemas mais estruturados de regulação de mídia. Isso acontece porque lá a mídia é quase toda privada. Estando os meios de comunicação, considerados centrais em qualquer sociedade, na mão do setor privado, eles precisam de uma regulação rígida que garanta a comunicação em prol de toda a sociedade, e não só dos interesses privados. Nesse sentido, é muito interessante ver o comportamento dos EUA em relação a essa questão, as medidas tomadas pelas instâncias responsáveis em solo norte-americano em relação a conteúdos que são considerados eróticos ou explícitos... Há medidas claras de punição.

Existem dois casos que valem a pena ser mencionados. Em 2003, a série Nova York Contra o Crime (em inglês, NYPD Blue) teve um episódio em que uma mulher preparava-se para entrar no banho, nua, e um garoto



entrava no banheiro. Foram cinco ou dez segundos. Como passava em um horário que, pelas regras do jogo nos EUA, é inadequado por existirem ainda crianças na sala, a emissora foi multada em US\$ 1,43 milhão. E era uma cena que, para o que as nossas emissoras apresentam, seria considerada quase banal. O que eu quero mencionar com isso é que as regras do jogo existem, funcionam e são aplicadas. Nesse caso, pode-se discutir se tal regra é rígida demais, mas o que é importante é que ela exista. Devemos trabalhar para a implementação de conteúdos de qualidade. O modelo brasileiro foi muito inspirado no norte-americano, então, nós temos um sistema que está, em grande parte, nas mãos das empresas privadas. Isso não está errado, é apenas outro tipo de modelo. Mas nos esquecemos do mecanismo regulatório.

Outro caso interessante foi o que aconteceu com a Rede Univision, maior grupo de comunicação para a população hispânica nos EUA. Em um determinado horário, a emissora deveria veicular conteúdo de qualidade para o público infantil, que contribuísse para o seu processo de formação. E aí acharam que tendo uma adolescente como protagonista de uma novela bastasse para a formação de crianças e adolescentes. Mas a trama toda tinha sido pensada como uma trama para adultos. Resultado: tomaram, por terem desrespeitado esse princípio básico, o que naquela época foi a maior multa da história da televisão norte-americana. No Brasil, nós não temos um órgão que possa avaliar a qualidade dos programas.

Mas essa não é uma das funções da classificação indicativa?

A classificação indicativa funciona muito mais no sentido de determinar regras de horário, faixa etária, etc., como foi o caso do programa Nova York Contra o Crime, nos EUA. Também é uma maneira de garantir uma determinada cota de horário para programas que propiciem conteúdo diferenciado para crianças e adolescentes. Claro que essas políticas não estão soltas no espaço. Não é só um pedaço de papel dizendo: "Agora você tem que apresentar conteúdo de qualidade". Existem fundos de financiamento, de estímulo à produção de qualidade. É preciso criar uma infraestrutura para fortalecer essa política. No Brasil, um elemento muito importante quando se discute essa questão é a proibição da publicidade para a criança. Dentro da lógica de uma televisão comercial, na qual o anúncio sustenta a programação, devem-se criar alternativas para que a produção desses programas aconteça com a qualidade que se espera. Há diversos mecanismos que são desenvolvidos por meio de fundos de financiamento e de incentivos para que as empresas continuem investindo na programação de qualidade para esse público sem que precisem anunciar diretamente para ele.



“Lutar contra o turismo sexual só é possível com inteligência”



Foto: Roosevelt - Agência Estado

P a t r í c i a S a b o y a

convive com a realidade de um país machista, o que não a impediu de ser uma das políticas mais respeitadas no Congresso. Eleita em 2002 a primeira senadora mulher do Ceará, batalha diariamente para incluir o tema da infância na agenda nacional de forma mais efetiva. Formada em Pedagogia, Patrícia sabe que, além de políticas públicas, o Brasil precisa se transformar culturalmente para enfrentar a gravidade da exploração sexual infantil.

Ela defende com grandeza crianças e adolescentes que vivem uma realidade de exclusão absoluta. Começou como vereadora de Fortaleza e, depois, como deputada estadual. Em 2003, já no Senado, passou a coordenar a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e, entre 2003 e 2004, presidiu a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, trabalho que teve repercussão internacional.

Para ela, cabe ao Estado assegurar que todos os cidadãos tenham seus direitos garantidos, o que começa na infância. Sobre a exploração sexual, a senadora questiona: "Como ainda podemos aguentar isso?". Nesta entrevista ao Projeto Criança e Consumo, Patrícia conta sobre o cotidiano penoso de tratar essas questões no poder público.



Projeto Criança e Consumo - Certa vez, a senhora declarou que a exploração sexual infantil não se dava apenas por uma questão econômico-social, mas que era também um problema relacionado a questões culturais. A senhora acredita que valores da sociedade de consumo contribuem para esse tipo de violência?

Patrícia Saboya – Eu tenho certeza que sim. O objetivo de quem milita nessa questão é justamente promover uma mudança cultural na maneira como o Brasil e a sociedade enxergam as nossas crianças. Se partíssemos do princípio que o nosso maior patrimônio são as nossas crianças, teríamos uma sociedade em que o consumo também as protegeria da violência e não ajudaria na erotização precoce. Esse tema é difícil e delicado, porque quando você toca na questão da erotização precoce na mídia, muitos meios de comunicação acham que você está censurando. Não é isso. A grande preocupação deve ser em não deixar que crianças sejam expostas tão precocemente à estímulos relacionados à erotização. E a sociedade contribui com esse cenário de violência. Se hoje há exploração sexual infantil, é porque há gente em busca de programas com crianças e adolescentes. Ela só existe porque existem consumidores para isso. E, infelizmente, a sociedade ainda não entendeu a crueldade dessa situação. Talvez uma das piores formas de violência contra uma criança seja a sexual, porque arranca um pedaço não só do corpo dela, mas também da alma. São sequelas que ficam para toda a vida. Não adianta apenas fazer uma CPI, não adianta apenas prender pessoas... É preciso que o Brasil inteiro não aceite esse tipo de crime. É preciso que, quando

passarmos por uma rua em Fortaleza, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife ou em qualquer outro lugar, nos indignemos com esse tipo de cena, que é exposta e visível aos olhos de todos que passam, incluindo as autoridades.

E como é possível reverter essa situação? Com base em que tipo de trabalho?

Com relação à questão cultural, uma maneira de resolver é fazer o que nós estamos fazendo agora. O que eu já fiz como presidente da CPI, o que eu faço como coordenadora de uma frente parlamentar, o que milhões de militantes de organizações não-governamentais fazem, e muitas vezes sem dinheiro e sem recursos. É preciso acordar. Eu sei que é muito difícil mudar conceitos de uma sociedade e que esse processo pode levar muito tempo. Mas acho que se o Governo brasileiro ou se instituições como o Judiciário ou o próprio Congresso tivessem sido mais radicais com relação aos crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, nós já teríamos dado uma resposta muito melhor e mais eficiente para a sociedade.

Como é lutar contra interesses econômicos tão fortes, já que a exploração sexual infantil movimenta um mercado tão lucrativo?

Esse é um problema global, e o Brasil é um dos países mais atingidos no que diz respeito ao tráfico de crianças e mulheres. Todas as vezes em que conversei com



meninas nessa situação, me surpreendi muito, pois elas não falam como se estivessem sendo exploradas. Muitas vezes, elas acreditam ser namoradas daqueles estrangeiros. Alguns mandam dinheiro mensalmente como forma de fazer com que as meninas esperem por eles na próxima estação. Lutar contra o mercado do turismo sexual só é possível com inteligência. Não é só repressão. Nesse sentido, é preciso fazer um pacto para que não se permita que as crianças sejam vistas como adultos. Uma menina que já tem o corpo formado é vista pela sociedade como prostituta. Não interessa que ela tenha apenas 12 ou 13 anos de idade. Esse é o rótulo que a sociedade dá a essas meninas. Se elas estão de minissaia, maquiadas com batom vermelho, com um salto alto e a calcinha aparecendo, "elas são prostitutas, estão se oferecendo". Se não mudarmos essa mentalidade e não entendermos que uma menina de 14, 13 ou 10 anos batalha para conseguir comer, as coisas não vão melhorar. Imagine uma filha sua, a quem você pode dar a melhor escola, o melhor curso de inglês, a TV a cabo, a internet... Com tudo isso, você ainda terá de ter muita atenção. Imagine então quem não tem nada, absolutamente nada! Não tem escola, não tem saúde, não tem família, não tem lazer, não pode brincar, não pode ter infância. Nós estamos colhendo esses frutos agora. Hoje mesmo, estava assistindo ao noticiário, e todo mundo está chocado com a juventude brasileira. Mas o que ninguém percebe é que essa violência que acontece no Brasil, muitas vezes praticada por jovens, não acontece por acaso. Esses meninos estão gritando e pedindo socorro desde a hora em que nasceram. E ninguém vê, ninguém olha. Só olha quando eles já estão com um revólver na mão fazendo atrocidades.

Nós vivemos em uma sociedade que está em guerra. Quando o Brasil fica chocado com a morte de 190 passageiros de um avião que cai, esquece que aqui morrem 19 jovens por dia. São 190 jovens mortos a cada 10 dias. Isso significa a queda de um *boing*, de 10 em 10 dias, repleto de jovens de até 18 anos de idade! Não se pode achar que o Brasil ficaria impune a isso. E agora vai ter uma onda de comoção novamente pela redução da idade penal. Tenho certeza de que esse assunto será retomado, e não por maldade, mas porque as pessoas querem uma resposta para a violência. E muitas vezes acham que a melhor resposta é colocar crianças na cadeia, como se isso fosse resolver o problema. É muito mais humano, muito mais decente, muito mais justo e muito mais barato que a gente cuide dessas crianças desde que elas nascem. A única coisa que se fala hoje é de meninas prostitutas e meninos bandidos, como se a responsabilidade de tudo isso estivesse nas mãos deles. "A família educa". E que família é essa? Quem foi que parou para se perguntar se esses meninos têm família?

E se a família também faz parte dessa rodaviva?

Exatamente. É muito fácil fazer uma análise do que acontece com a juventude colocando-se a responsabilidade mais uma vez nos próprios jovens ou em suas famílias. Por isso é que eu acredito que tudo depende de uma mudança cultural. Enquanto não percebermos a importância e a riqueza da infância e da juventude, não vamos respeitar essas crianças. E nós todos seremos vítimas, num futuro muito breve, de



pessoas que não tiveram nada e que podem cometer crimes hediondos.

O que dificulta esse trabalho?

As autoridades, o presidente da República, os poderes todos. A agenda econômica ainda é muito mais importante que a agenda social na maioria dos países. Agora então, que estamos vivendo essa crise financeira global, é que não vai sobrar um canto de rodapé para as crianças. Quando decidimos instaurar a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes estávamos desanimados, porque era um momento de reforma política, ministerial...

O Brasil está perto de revolver o problema?

Não, está muito longe. Eu admiro muito o presidente Lula, mas nessa área o Governo tem dado demonstrações muito fracas de como resolver o problema. Como é que se passa na avenida que tem o metro quadrado mais caro do país e ainda se vê uma menina de 10 anos sentada no colo de um homem de 60? Já vi homens dando entrevistas dizendo que é muito fácil transar com uma menina no Ceará, "basta dar um prato de comida", dizem. É possível aguentar isso? Eu sou pequenina demais. Falo, falo, mas sou pequena demais. Quero ver a hora em que um governador resolver mandar esses turistas de volta! Todo mundo sabe que tem avião fretado para fazer turismo sexual no Ceará. Todo mundo: a polícia alemã, a Polícia Federal brasileira, as autoridades. Para eu sair

com as minhas filhas do Brasil, tenho de ter autorização de tudo que é jeito. Como é que essas meninas vão para o exterior sem ninguém saber? É claro que tem conivência de autoridade, e isso foi desmascarado na CPI. Nós sugerimos o indiciamento de mais de 200 pessoas. Até hoje, só três ou quatro foram indiciadas. A CPI já acabou há três anos! Percebo que em alguns lugares a exploração até aumentou. Agora vejo também que a mobilização é maior. O número de pessoas que fazem denúncia contra exploração sexual infantil é muito maior que há um ano. Isso é bom, pois significa que a sociedade está mais atenta. E o fato de um estado ter mais denúncia que outro não significa que ele tenha também um índice maior de violência nesse sentido. Significa, sim, uma conscientização maior da sociedade local. Por exemplo: no Ceará, há uma militância muito forte em relação a essa questão. Mas é preciso mais. É preciso que depois da denúncia essa criança tenha alguma porta de entrada para a sociedade. De que adianta tirar a criança da rua, levá-la ao juizado de menores e, depois, não ter como inseri-la na sociedade? Ela vai voltar para a rua no dia seguinte! Porque ela precisa comer. E não é só comida, não. Assim como qualquer outra pessoa, essa criança vive na sociedade de consumo, em que somos bombardeados segundo a segundo pela publicidade. Todo mundo tem acesso às informações do que existe para ser consumido, e ela terá os mesmos desejos, as mesmas fantasias que qualquer um tem. Nós sabemos que é assim, mas não sabemos como controlar, como dar limites e oportunidades.



A senhora acompanha a programação televisiva voltada para o público infantojuvenil? Falo da TV por ser um meio de comunicação de massa.

Acompanho como posso, mas participo dos debates sobre erotização precoce e vejo, de vez em quando, algum programa, como Malhação, da TV Globo. Tenho uma filha de quatro anos e procuro selecionar o que ela vê. Começo a controlar desde o desenho animado. Tem gibi japonês com desenhos de mulheres mostrando tudo. Eu sei disso porque também tenho um filho de 25 anos, que, aos 15, lia tais gibis. Comecei a prestar atenção ao que ele lia e vi que esses mangás tinham monstros estuprando meninas. Um negócio sem nexo!

Há um debate intenso sobre a qualidade dos programas e dos produtos editoriais direcionados ao público infantojuvenil e como isso pode influenciar o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Que avaliação a senhora faz dessa questão? Qual é a influência da mídia nesse sentido?

A influência da mídia é gigantesca, incalculável – pro bem ou pro mal. Se a mídia se preocupasse e olhasse com mais cuidado para essa questão, viveríamos outra realidade. Se, por exemplo, os jornalistas conhecessem mais o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] completou 18 anos em 2008, mas poucas pessoas entendem o que ele quer dizer. Muita gente ainda acha que o ECA existe para proteger marginal, mas não é nada disso. Nele, há seis medidas socioeducativas, e também as obrigações, os direitos, a importância do Estado, da família e da

sociedade, a responsabilidade de cada um de nós em relação às crianças. Já aconteceram diversos debates com a mídia sobre isso. O tema tem sido tratado. Mas ainda há muita resistência por conta de interesses de mercado. Temos como produzir coisas bacanas, sem tabus, sem preconceitos. Mas essas mudanças não vão acontecer do dia pra noite. É preciso juntar dinheiro e determinação. Todos os anos o dinheiro do orçamento minguava para ações e programas para crianças e adolescentes. Todos os anos há cortes. Já estamos no caminho errado. Os próprios ministros pedem para nós, senadores, restabelecemos o orçamento deles através de emendas. E eu saio correndo de comissão em comissão esmolando, pedindo para aprovar, em conflito com a lei, emenda para crianças, para crianças envolvidas em exploração sexual, para crianças vítimas de tráfico de pessoas... E não adianta distribuir cartilha disso e daquilo se nada tem continuidade. Recentemente, a justiça tirou crianças de pais acusados de maus-tratos e depois devolveu a eles a guarda alegando que as crianças tinham fantasiado. Pouco tempo depois, todas elas foram mortas pelos pais. Falta preparo da sociedade e do poder público para lidar com essas questões. No mundo inteiro, dificilmente, as pessoas dão fé à voz das crianças. E com isso, vamos perdendo um monte delas, que morrem fisicamente ou internamente. Vejo os professores, hoje, com medo; as escolas cercadas de grade. Tem de ser o contrário! A escola é um espaço público, e as crianças devem aprender a respeitar isso. Pichou o muro? Pinta-se no dia seguinte. Pichou de novo? Pinta-se mais uma vez. E as crianças vão aprender. O problema é que não há paciência, não há dedicação para essas crianças.



Esse tratamento da infância não seria um problema global?

É sim, é um problema do mundo. Participei há três anos de um encontro mundial de parlamentos na Itália e, inclusive, fui escolhida para representar o Brasil e a América Latina nesse evento, que discutiu os temas da exploração sexual infantil, de crianças em conflitos armados e do trabalho infantil. Percebi que todos os países têm dificuldades no tratamento dessas questões.

A legislação brasileira é suficiente ou ainda há traços conservadores?

Algumas coisas são muito conservadoras, mas outras não. Com a CPI de 2003 nós mudamos muito a legislação, principalmente no que diz respeito ao Código Penal. Quando concluímos o relatório, em 2004, apresentamos uma série de sugestões. Foram cinco projetos de lei que alteravam o Código Penal e também o ECA. Eles modernizaram a legislação e ajudaram a proteger as vítimas. Por exemplo, estamos discutindo depoimentos sem dano, porque a criança é ouvida várias vezes, e, até por pressão, ela conta, a cada depoimento, a história de um jeito. Presenciei muitos casos assim na CPI. Sem falar no acusado, que dava dinheiro para as famílias da criança para ela não depor. O depoimento sem dano pode ser também uma conquista nesse sentido. Nós mudamos uma lei, de 1940 – ou seja, de mais de 60 anos –, completamente atrasada. Naquela época, os legisladores entendiam que o estupro era cometido somente contra as mulheres, quando, na verdade, o estupro também é cometido contra meninos e homens.

Hoje, pela lei que nós mudamos, esse crime é cometido contra a pessoa, e não mais contra homens ou mulheres. Outra falha da legislação antiga muito grave estava na denúncia do abuso sexual contra crianças, que em 94% dos casos são violentadas dentro da própria casa. Só quem podia denunciar um abuso sexual era a própria família ou a criança. Se a criança sofre abuso dentro da família, é certo que ela não vai dizer. A criança não tem o discernimento para procurar a polícia e falar: “Estou sendo abusada pelo meu pai”. Assim, essas denúncias continuavam entre quatro paredes. Agora, o responsável por apresentar a denúncia é o Ministério Público. Dessa forma, se uma professora, por exemplo, detecta uma vítima, ela vai ao Ministério Público, que, por sua vez, faz a denúncia formal. Esse é um ganho muito importante.

Senadora, quais foram as principais vitórias e as piores derrotas do Brasil em relação a essa questão?

Para mim, a grande vitória foi ter conseguido gerar uma mobilização e trazer o tema para a agenda do país. E acho que isso também foi o mérito da CPI. Chamar a atenção do Brasil para esse problema foi algo muito positivo. Mas ainda é triste ver que, andando por esse país inteiro, continuo assistindo às mesmas cenas que eu via há seis anos. Pensei que já tivesse visto tudo o que pudesse existir de pior. E vi, adoeci... Mas, seis anos depois, continuo vendo as mesmas coisas.



Foto: Arquivo Governo de São Paulo



**“A erotização, mais que uma
violência, é um retorno à
escravidão”**

A l b e r t i n a D u a r t e

divide seu tempo entre o consultório, o Hospital das Clínicas e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, onde coordena o Programa Saúde do Adolescente desde 1986. Médica-obstetra formada há 38 anos, foi uma das primeiras profissionais a lidar com a ginecologia infantojuvenil no Brasil, ainda na década de 1970. Nesse período, observou mudanças no comportamento de meninas e meninos, presenciou diversas conquistas femininas na sociedade e não tem dúvidas de que, hoje, o diálogo familiar em torno da sexualidade é muito mais aberto do que há 40 anos.

No entanto, nesta entrevista ao Projeto Criança e Consumo, Albertina também chama a atenção para um fenômeno que impacta de forma brusca e trágica a vida de crianças e adolescentes: a erotização precoce estimulada pela “política do consumo”, como ela mesma diz. Conta que muitas de suas pacientes sentem-se discriminadas por não terem a roupa da moda ou são excluídas por não seguirem um padrão de beleza imposto pelo mercado.

Para ela, a velha desculpa de que a responsabilidade de toda a situação de violência que vivemos é dos pais não cabe mais nesse debate. “As famílias estão separadas; a mulher entrou no mercado de trabalho; as mães têm menos tempo para cuidar dos filhos. Isso é uma verdade internacional, mas isso não pode ser uma desculpa internacional”, alerta.



Projeto Criança e Consumo - Há quanto tempo a senhora lida com adolescentes?

Albertina Duarte - Desde 1971, quando foi inaugurado o primeiro ambulatório de ginecologia infanto-juvenil do Brasil, no Hospital das Clínicas de São Paulo. Eu estava formada há 1 ano e fui convidada para fazer parte desse trabalho. A ginecologia infantil, no Brasil, começou nessa época. Na Argentina, o trabalho teve início em 1950, e, nos EUA, em 1940. Até então, essa área era muito mais voltada para a mulher adulta. Foi exatamente em setembro de 1971 que se iniciou essa questão aqui, com o ambulatório. O primeiro livro sobre o assunto, do qual eu sou coautora, com revisão do Prof. Álvaro Bastos, foi publicado a seguir em 1975.

Por que o Brasil começou a tratar a questão tanto tempo depois de outros países?

As políticas públicas do Brasil eram mais voltadas para a questão materna e infantil. Então, os focos estavam relacionados à puericultura, ou seja, ao acompanhamento infantil desde o nascimento. A visão da mulher como um todo - e da mulher com seu ciclo de vida, na infância, na adolescência, na fase adulta e na terceira idade - não existia. E o foco ainda era o tratamento da doença, e não a prevenção da saúde. Mas os movimentos feministas, que começaram nos anos 70, apontaram para a importância de todas essas fases da vida.

Nesse período, da década de 70 até hoje, que tipos de mudanças a senhora observou com relação à sexualidade?

Sem dúvida, as mulheres não tinham voz para falar sobre sexualidade até os anos 70. Elas se sentiam culpadas por não terem orgasmo, não terem prazer. Poucas falavam da questão da anticoncepção. Havia um sentimento de culpa ou de cobrança. A partir da década de 80, elas passaram a se voltar mais para a sexualidade, a falar dos seus comportamentos. Isso é um fenômeno mundial. E foi nesse período também que a atividade sexual começou a ser cada vez mais precoce. Precoce não só em termos de idade, mas em relação a vínculos afetivos. Em muito pouco tempo de conhecimento entre os parceiros, já há a relação sexual, e a mulher passa a ser vítima da cobrança no que diz respeito ao corpo.

O que contribuiu para isso acontecer? A mídia tem algum papel importante nesse processo?

Eu não acho que seja apenas a mídia. Acho que é uma política do corpo na qual a mulher começa – no movimento histórico – a se cobrar por não ter o corpo exigido pelos padrões globais e internacionais de beleza. A mulher começa a lutar pelas suas reivindicações, pelos seus cuidados. Mas também passa a ser pressionada pelo consumo, com a venda de produtos de beleza e da moda. Então, há dois movimentos: um movimento de mulheres voltadas para discutir seus direitos e sua



força; e outro que utiliza a mulher para que ela sinta a necessidade de consumir muita coisa para ser aceita socialmente. A política de consumo faz com que a mulher fique erotizada. Hoje, a moda faz com que as crianças se vistam como pequenas adultas e usem objetos de consumo para se sentirem aprovadas. Na escola, a menina que não tem o tênis da moda acaba se sentindo discriminada. A questão da erotização passa também por uma necessidade de se vender produtos que valorizam o corpo de meninas e meninos. E, certamente, as roupas da moda são objetos eróticos.

Hoje, os adolescentes têm dificuldades de lidar com a sexualidade e o sexo? Eles estão se envolvendo cada vez mais jovens nessas questões?

O diálogo mudou. Hoje, com certeza, os pais falam mais sobre a questão sexual, e a AIDS certamente obrigou essa participação mais ativa deles na conversa com os filhos sobre sexualidade. Em todo o mundo, a questão da sexualidade e o medo de morrer de AIDS são determinantes para uma mudança de comportamento. A doença ainda é agravada pelo medo da morte. Se durante muitos anos o medo era engravidar, a partir dos anos 80 os pais começaram a ter medo de os filhos morrerem. E começaram a trabalhar a questão do diálogo sobre sexo. Eu sou formada há 38 anos e não tenho dúvidas de que falar com os pais hoje sobre sexualidade está muito mais fácil do que há 10, 20 anos. Não só porque eles estão mais preparados, mas porque a sociedade está exigindo isso. A sexualidade passou a ser discutida

não mais com foco na insegurança. O contato passou de “como são as cegonhas” a “como se transa”. Há informações na mídia que considero importantes e interessantes, que colocam as questões da camisinha, por exemplo. E observo que há duas mídias diferentes: a que informa e discute; e a que é patrocinada para consumir. Hoje, a mesa do mundo mudou porque esses patrocinadores precisam vender alimentos. O que você vê na mesa da família atual é diferente do que se via há 30 anos. Também temos um excesso de consumo de roupa. Eu não via, nos anos 70, uma criança precisar usar maquiagem, creme no corpo. Desde a maternidade, a lista já começa com tantos itens de consumo que só falta colocar camisinha infantil pra recém-nascido!

A senhora acha que a sociedade percebe a relação dos problemas ligados à sexualidade com o estímulo ao consumo?

Eu acho que os pais são reféns. Eles são heróis e deram um salto inacreditável. Foi o salto de, sem serem ouvidos quando adolescentes, passarem a falar com os seus filhos sobre a questão. Pai que nunca pôde namorar dentro de casa prefere, hoje, que o filho fique com a namorada dentro de casa a sofrer um abuso ou uma violência na rua. O mundo mudou. A violência exigiu uma série de mudanças sexuais. A AIDS fez a sua função. E alguém ganhou. Quem ganhou? O pessoal do “consumir para lucrar”. O problema foi que as políticas públicas não alertaram os pais disso.



A atividade sexual é cada vez mais precoce, mas a senhora não relaciona isso somente à idade. O que mais contribui para isso?

A menstruação, quando eu me formei, acontecia aos 13 anos. Hoje, acontece aos 12. Eu já fiz parto de menina de nove anos de idade. São três mil casos de meninas que menstruam antes dos 10 anos. Meninas com seis anos que começam a ter mamas, pêlos, e que são abordadas na escola como pequenas mulheres. Eu atendia uma menina de sete anos que era obrigada pelos meninos da oitava série (ela estava na terceira) a fazer poses eróticas. A gordura, o aumento de peso e o excesso de exposição à luz e ao som estão relacionados à puberdade precoce. Existem vários fatores. Se você antecipa a menstruação, você antecipa também caracteres sexuais secundários. Isso quer dizer que quem menstrua aos nove, 10 anos começa a ter caracteres sexuais secundários três anos antes. Então, com sete ou oito anos, as meninas muitas vezes já se tratam como mulheres. Com os meninos isso também acontece. Essa situação não teve uma abordagem social das autoridades. Não é só uma política pública, é uma discussão nacional para que os pais tenham ferramentas para proteger os seus filhos. Não basta dizer: "A coisa começa em casa". Não é bem assim. As famílias estão mudando. As famílias estão separadas. A mulher entrou no mercado de trabalho. As mães têm menos tempo para cuidar dos filhos. Isso é uma verdade internacional, mas isso não pode ser uma desculpa internacional. Não basta um discurso dizendo que é preciso as famílias voltarem às origens. Elas já estão em outra etapa. É preciso que o Estado e a

sociedade garantam que as famílias não sejam culpadas unicamente pelas situações que estão acontecendo. Eu sei muito bem ver os sinais de abuso.

E quais são esses sinais?

O primeiro é a queda do desempenho escolar. Depois, observam-se a alegria, os olhos, o movimento da criança. Ela começa a falar muito rápido, fica muito agitada ou, ao contrário, fica muito quieta. E a mudança é brusca. Você vê uma criança que brinca de boneca, que conversa, e de repente ela passa a ficar diferente. Não participa mais, quer ficar sozinha. Esses são sinais importantes de abuso. Se essa criança chora ou não dorme direito pode até ser uma dor de barriga, mas pode ser uma gravidez. A mãe deve ficar na retaguarda e atenta para saber identificar quando seus filhos estão diferentes. Uma criança que só fica no computador, que fica quieta o tempo todo, que não tem nenhuma recreação nem horário para comer pode estar com problemas.

A violência sexual atinge todas as camadas socioeconômicas?

A violência sexual atinge crianças e adolescentes de altíssima classe social e também de classes sociais mais baixas. Ela atinge todas as classes sociais com quase a mesma intensidade. E, muitas vezes, uma família de nível social muito alto tem as mesmas poucas



ferramentas que aquela mais pobre tem. Quando uma criança de oito anos de uma camada social mais baixa é estuprada, a mãe chega muito mais rápido a mim do que uma menina de nível social alto. As políticas públicas são importantes, mas é preciso uma discussão agora! Nós sabemos que a erotização é um fenômeno, que a violência sexual é um fenômeno, que o tráfico de mulheres é um fenômeno e que as mulheres estão saindo do Brasil porque há um mercado para isso. Se existe um mercado brasileiro garantido é o da prostituição. Se nós já sabemos identificar o turismo sexual, o mercado da prostituição e a erotização precoce, o que devemos fazer? É preciso que o coletivo das autoridades, da escola, da saúde, da educação passe a fazer um debate sério. É por isso que eu luto tanto pela causa na área da saúde, para que essas crianças e adolescentes não sejam escravos da oferta de consumo sexual.

Na sua opinião, qual é a maior dificuldade de se estabelecer esse debate de forma séria?

No Estado de São Paulo, conseguimos reduzir a gravidez na adolescência em 34%. Nós temos o SUS e uma legislação fantástica, a melhor do mundo. Somos um país com recursos sim. Da mesma forma que construímos casas populares, hospitais e implementamos o Bolsa Família e o Bolsa Saúde, deve existir uma “bolsa” de discussões. É preciso popularizar o acesso ao debate. Devemos formar profissionais capazes de entender o erotismo. Acho que na escola privada e na pública deve-

se discutir o erotismo. A erotização, mais que uma violência, é um retorno à escravidão.

Como suas pacientes reagem a essas questões?

Eu já fiz parto de menina de 10, 11 anos, e realmente é um impacto. Uma criança tomando conta de outra criança. Primeiro, a gente tenta fazer com que essa criança tenha um vínculo com o filho. No primeiro momento ela até fica feliz, mas o grande problema é que essa criança fica socialmente excluída. Ela entra no mercado de trabalho sem condições. Então, ela volta a engravidar.



“O que falta no Brasil é ética empresarial”



Foto: Edson Ruiz

R o d r i g o N e j m

acredita que quando as crianças ficam em casa, usando o computador, existe a sensação de que estão seguros dos perigos da rua. Mas, segundo o psicólogo, da mesma forma que os pais orientam os filhos quando saem de casa, também precisam orientá-los quando entram na rede.

Rodrigo é diretor de Prevenção e Atendimento da SaferNet Brasil, uma associação sem fins lucrativos, fundada em Salvador, na Bahia, que hoje opera a Central Nacional de Denúncia de Crimes na Internet Contra os Direitos Humanos. A Central atua em parceria com o Ministério Público Federal de oito estados e recebe denúncias de racismo, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa, situações de crimes contra a vida e exploração sexual de crianças a adolescentes – esta representa 62% das denúncias de crimes praticados na rede.

Depois de mais de três anos com o serviço no ar, o psicólogo diz, nesta entrevista ao Projeto Criança e Consumo, que a orientação é a maneira mais eficiente de garantir que crianças e adolescentes não caiam em armadilhas virtuais e sejam vítimas de aliciadores.



Projeto Criança e Consumo - Como os pais podem proteger os filhos?

Rodrigo Nejm - Essa proteção também vem com o diálogo. Muitas famílias acham que sexualidade é sinônimo de sexo e que esse não é assunto para crianças e adolescentes. O que é um grande erro. A criança tem de ser esclarecida sobre seu próprio corpo, sobre cada etapa do seu desenvolvimento. Uma criança que não tem orientação sobre sexualidade e entra na internet sem o devido esclarecimento dos pais vai lidar com propostas, sites, imagens indevidos. Ela pode se tornar uma presa fácil porque sentirá curiosidade e não saberá o tamanho do risco que está correndo. O diálogo que ela não tem em casa, vai ter com um estranho, que pode se passar por uma criança ou adolescente, mas que, na verdade, é um adulto com distúrbios e más intenções. Por isso, quanto mais esse debate existir, mais protegida a criança vai estar quando navegar pela internet. Ela saberá, por exemplo, que não se deve falar sobre sexo com um estranho em uma sala de bate-papo, por exemplo.

Como os pais podem denunciar esse tipo de situação?

Qualquer internauta, de qualquer lugar do mundo, pode entrar no site da SaferNet e denunciar, de forma anônima e bem rápida, qualquer violação aos direitos humanos. Imediatamente essa denúncia será processada e enviada para as autoridades competentes e para o Ministério Público Federal. No III Congresso Mundial de Combate à Exploração Sexual de Crianças

e Adolescentes, que aconteceu no Rio de Janeiro em novembro de 2008, assinamos mais um termo de cooperação com a Polícia Federal e com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Desde então, além do Ministério Público Federal, a Polícia Federal recebe a denúncia. O sistema também passou a integrar o Disque 100. As denúncias de crimes na internet que chegarem por meio dele farão parte da mesma base de dados de denúncias que nós temos. Em contrapartida, se recebermos alguma denúncia que envolva risco físico a crianças ou adolescentes, nós a encaminharemos imediatamente para o Disque 100. Essa parceria evita duplicidade de informações.

Muitos pais não sabem o que os filhos veem na internet. Como eles podem participar mais?

Antes de tudo, um alerta: mesmo que os pais não sejam *experts* em tecnologia, eles precisam saber que são pais e adultos responsáveis pelos filhos. Parece óbvio, mas muitas vezes os pais se sentem intimidados pelo fato de o filho de 10, 11 anos saber mais de computação do que eles. Isso jamais deve ser motivo de constrangimento para os pais. Sugerimos que eles aprendam junto com os filhos. Que peçam para o filho criar um e-mail, mostrar o que faz e como funciona a dinâmica da internet. Nesse momento, duas atividades importantes acontecerão: o pai vai aprender um pouco mais e também vai conhecer o que o filho faz na rede. Isso é interessante porque promove uma relação de confiança.

Os pais devem saber ainda que a internet é um espaço público e que o filho está sujeito a todo tipo de ação.



Antigamente, dizia-se para a criança jamais receber um doce ou bala na porta da escola, nem aceitar carona ou conversar com estranhos. Essas dicas valem ainda hoje, mas existem novos cuidados com o avanço da comunicação em rede. No lugar de bala, a criança não pode aceitar um *link* de qualquer pessoa, não deve fazer um *download* de arquivo desconhecido. No lugar de negar a carona, jamais aceitar um encontro presencial com alguém que conheceu pela internet. Muita gente não sabe, mas isso tem acontecido com frequência.

Existem dados sobre isso?

Realizamos uma pesquisa nacional em 2007 sobre atos de segurança das crianças na internet, e 27% delas disseram que já se encontraram com alguém que conheceram via computador. Esse dado é muito preocupante. Pode parecer alguém legal, mas não há como garantir que seja uma criança, muito menos que seja alguém bem-intencionado. Pode ser um aliciador, um criminoso. Os pais devem se colocar à disposição para serem referência para os filhos. Isso é muito importante. Da mesma maneira que um pai não deixa a criança sair sozinha à meia-noite pela rua, ele deve saber que alguns espaços da internet também são inadequados para ela.

Como monitorar o que o filho vê no computador?

Na nossa concepção, a melhor “tecnologia” para monitorar e proteger é o diálogo, a confiança. Nenhum

recurso de informática vai substituir a confiança que os filhos têm em seus pais e o diálogo aberto. Pode-se instalar um software que grava tudo o que eles fazem na internet, mas aí eu pergunto: algum pai coloca câmera escondida em uma quadra de futebol ou casinha de boneca para saber cada palavra que os filhos disseram ao longo do dia? Não faz sentido querer controlar e ferir a privacidade da criança para protegê-la. E se a criança vai à *lan house* ou à casa de um amigo ou primo onde não há o mesmo programa? O risco continua. Se o diálogo acontecer e a orientação dos pais e da escola for constante, a criança carregará com ela essa proteção, vai saber identificar o risco e vai saber como se proteger. Além disso, a criança descobre muito rápido como burlar esses softwares. Não aconselhamos usá-los, pois ferem uma relação muito importante de confiança familiar.

A exposição da criança na internet pode levá-la a queimar etapas de seu desenvolvimento?

Sim. O pior é que ela queima etapas sem saber que elas existem, porque muitas crianças não têm espaço de diálogo sobre isso. O tabu é muito grande com relação à sexualidade. As crianças acabam não tendo orientação, e, quando têm contato com essas situações, já é o contato com a prática. Na internet, pode-se mentir a idade para assistir à imagens proibidas a menores de 18 anos. Assim, uma criança pode ver o conteúdo que quiser. Mas como não está na maturidade correta, não ganha nada com isso.



Quem hospeda sites que contêm imagens relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes também pode ser responsabilizado?

Quem hospeda o site é corresponsável em uma certa medida. Foi por isso também que, durante a CPI da Pedofilia, em dezembro de 2008, a SaferNet, junto com o Ministério Público Federal de SP, assinou um termo de cooperação com as operadoras de telefonia que oferecem acesso à internet. Elas também estão se integrando para agilizar o procedimento de retirada desse tipo de conteúdo do ar. Depois, o Ministério Público Federal pode entrar com uma ação pedindo o início de uma investigação para identificar o dono do site ou da comunidade, endereço... Pode pedir ainda uma ação da Polícia Federal solicitando às empresas que preservem as provas e forneçam os dados.

Qual é a avaliação da SaferNet com relação aos sites que se negam a abrir o conteúdo dos usuários para investigações?

Esse impasse aconteceu com o Google, empresa dona do site Orkut. Durante quase três anos, a SaferNet produziu mais de duas mil páginas de relatório sobre perfis e comunidades do Orkut que continham pornografia infantil. Eles relutaram, mas assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta em julho de 2008. O Google ficou responsável por regularizar essa questão e, hoje, responde em 48 horas para as autoridades em caso de denúncias. A empresa adotou uma nova postura: as companhias, em termos de ética empresarial, têm de entender que são responsáveis pelo serviço oferecido

e têm de orientar os pais e as próprias crianças e adolescentes quanto ao uso seguro desses serviços.

Como as empresas devem fazer isso?

O serviço tem de ser adequado à faixa etária e monitorado pelas próprias empresas. Por exemplo, com relação a algumas salas de bate-papo, nós recebemos denúncias desse tipo de serviço para crianças de até 10 anos. Nós entrávamos nessas salas, às 10 horas da manhã, para acompanhar tais denúncias. Ninguém pode imaginar o conteúdo explícito que existia nessa sala, e sem qualquer tipo de acompanhamento da empresa que oferecia o serviço. Havia, por exemplo, um homem que se masturbava na frente da webcam e pedia para a criança fazer o mesmo. Nesses e em outros casos, a Polícia Federal encontra muita dificuldade por causa da demora das empresas em fornecer dados para as investigações. Isso não acontece mais por conta também do trabalho da CPI da Pedofilia. O Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] foi ajustado para aumentar e fortalecer as penas da pornografia infantil na internet. Hoje, é crime a posse de pornografia infantil, o que antes não era. Antes, se uma pessoa tivesse duas mil fotos em um computador, a polícia tinha de devolver tudo e ainda “pedir desculpas” pelo incômodo.

Há um comprometimento das empresas em combater esses crimes?

O que falta no Brasil é ética empresarial. A gente percebe que não há um compromisso efetivo da maior



parte das empresas em promover o uso seguro da internet. Querem promover o uso comercial ao máximo. Muitas empresas associam segurança na internet com segurança física ou patrimonial, e não com a segurança das pessoas, no sentido de defender seus direitos. Ficamos tristes em ver que na Europa e nos Estados Unidos as mesmas empresas oferecem uma infinidade de conteúdos, campanhas, materiais educativos, fazem trabalhos em escolas para promover o uso seguro e ético da internet... Aí eu pergunto: o que faz com que as crianças brasileiras não tenham esse mesmo direito de proteção e de segurança que as crianças europeias e americanas têm?

Uma legislação mais rígida poderia resolver isso?

A gente acredita que não é obrigando-se por uma lei que isso vai se resolver. O ECA é suficiente no sentido de como devemos tratar a infância e a juventude. O que falta é ética, compromisso e responsabilidade das empresas em torno da questão. Acreditamos também que, aos poucos, isso tem melhorado no Brasil. Mas sabemos que poucas empresas têm feito um trabalho cuidadoso. Isso nos decepciona bastante.

Que país é referência nessa questão?

A Inglaterra tem um grupo muito responsável e campanhas de prevenção muito interessantes. Há campanhas de animação para TVs educativas. Existem vídeos especialmente feitos para serem trabalhados

em salas de aula com crianças e adolescentes. Há kits pedagógicos que algumas escolas recebem, acompanhados de um treinamento para professores, com vídeos, DVDs e jogos. Mas isso é uma política pública. Esperamos abrir essa possibilidade com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que tem se comprometido mais com o tema do uso seguro da internet.

A SaferNet também faz trabalhos educativos?

Existe uma área que trata de prevenção no site, um glossário sobre internet, outro sobre direitos humanos e um glossário que chamamos de 'netqueta'. São dicas de como se comportar de maneira ética e séria na internet, sem agredir ou ferir os direitos individuais e coletivos. Nós desenvolvemos uma cartilha explicativa para pais, crianças e professores. Há também um "contrato" de internet segura para os pais fazerem com seus filhos em casa. Esse contrato é uma folha com uma lista de atividades que a criança gosta de fazer. Junto com o pai, a criança coloca ao lado de cada item os sinais verde, amarelo ou vermelho. O sinal é escolhido de acordo com o risco que aquela atividade oferece. A ideia é que o pai faça isso junto com os filhos, para mostrar a eles o que se deve e o que não se deve fazer, mas nunca proibindo-os. Nós também realizamos oficinas com alunos e professores e identificamos que há um déficit enorme dos professores tanto da rede pública quanto particular em relação à dinâmica da internet. Isso gera um prejuízo muito grande para a criança e para a sociedade.



Cada vez mais crianças se cadastram em páginas de relacionamentos e publicam fotos. Quais os riscos que existem nisso?

Eu gosto de dar um exemplo quando estou em atividade com os adolescentes. Pergunto para eles se pegariam um álbum de fotografias das férias, tirariam um monte de cópias e sairiam distribuindo-as em pontos de ônibus, em um shopping, no mural da escola para todo mundo dar uma olhadinha. Eles caem na gargalhada e dizem que jamais fariam isso. Mas quando coloca-se uma foto na internet, elas estão sendo distribuídas para milhões e milhões de pessoas que nem se imagina quem são. E o pior: essas pessoas podem não apenas olhar tal foto, mas copiá-la e manipulá-la. Quando coloca-se uma foto na internet, perde-se o controle sobre ela.

Recentemente, surgiram notícias de jovens que colocam na rede vídeos das (ex-)namoradas, às vezes menores de idade, contendo relações sexuais. Por que esses jovens procuram essa exposição?

Temos um problema sério que é a questão do individualismo, da valorização da autoimagem, do corpo perfeito. Isso está associado à sociedade de consumo. Nesse contexto cultural, a pessoa usa a internet para se promover. Essas são situações que os meios de comunicação de massa reproduzem. É o que a gente vê com esses Big Brothers da vida. Isso acontece no bairro, no condomínio. É a autopromoção; ao mesmo tempo a autovigilância. A exposição da intimidade tornou-se algo banal e, pior, algo desejado. Por isso, alguns jovens colocam na internet vídeos com a (ex-)namorada como

se ele mesmo estivesse se promovendo. E a sociedade de massa tem valorizado isso.

Essa valorização do individualismo e da autoexposição está acontecendo cada vez mais cedo?

A gente vê muito isso nos programas em que a criança aparece como um miniadulto. Outro exemplo são as músicas que contêm temas e danças eróticos. Isso não é adequado para ela, mas a gente vive em uma cultura que banaliza e valoriza tal atitude. Depois, nos assustamos quando caem na internet imagens envolvendo jovens e crianças. São questões que mostram como é valorizada a questão do individualismo, do corpo e da exposição. É a valorização da competitividade desde cedo.

Você acredita que essa competição é estimulada já na infância?

Algumas escolas oferecem para as crianças aulas de empreendedorismo no início do Ensino Fundamental. Essa é uma questão que eu vejo com preocupação. O adolescente que participou desse ambiente pode achar o máximo colocar uma foto dele sem roupa ou da (ex-) namorada na internet. Os pais ficam horrorizados, mas acham engraçado ver a criança dançando em poses erotizadas ou interpretando um adulto na televisão. Há também novelas voltadas para o público infantil que mostram adultos de 20 e poucos anos interpretando papéis de adolescentes e fazendo propaganda de produtos para adultos. Isso tudo é muito complexo, mas a criança absorve tais valores, o que resulta em novas questões.





Foto: Fred Jordao



“Elas gastam de forma frívola porque não pensam no futuro”

P a u l o C a l d a s

refere-se a meninas que sofrem exploração sexual e sobrevivem nas ruas de Recife. O mundo dos marginalizados, seja pela pobreza, pela prostituição ou pelo envolvimento com o crime, é o tema que norteia os trabalhos deste cineasta paraibano que escolheu Pernambuco para fazer carreira. Seu último filme, *Deserto Feliz*, conta a história de uma menina de 14 anos que foge de casa depois de sofrer abuso sexual do padrasto. Na rua, ela passa a ser vítima do mercado do sexo, sustentado, principalmente, por turistas.

Segundo Paulo Caldas, essa costuma ser a história de muitas meninas em estradas e praias de todo o país. Durante as pesquisas de campo, o cineasta conviveu com várias jovens nessa situação. Nesta entrevista ao Projeto Criança e Consumo, o que ele descreve é a falta de perspectiva de garotas que tentam fugir da realidade por meio da bebida, das drogas e do consumo desenfreado.



Projeto Criança e Consumo - O projeto inicial do filme pretendia mostrar a questão do tráfico de animais. Como passou para o tema da exploração de crianças e adolescentes?

Paulo Caldas - Encontramos no sertão uma situação muito grave e chocante. Vimos crianças de 10 anos sendo exploradas sexualmente nos postos de gasolina por 1 real. Isso nos chamou muito a atenção, pelos dramas, pelas condições dessas meninas, pela estupidez da sociedade em permitir que isso aconteça nos tempos de hoje. E, de certa forma, o filme foi caminhando para esse lado.

Nesse trajeto, fizemos uma pesquisa profunda na região, conversando com caminhoneiros, com as meninas e com o pessoal do Conselho Tutelar. A conselheira tutelar de Juazeiro da Bahia contou histórias reais absurdas que nos impactaram muito. Algumas dessas histórias foram incorporadas ao roteiro.

Durante a pesquisa, foi possível perceber o que leva essas meninas a viverem essa situação?

A história do filme é como a maior parte das histórias reais. Existem casos diferentes, mas nas pesquisas que a gente fez a maioria começa com a violência sexual doméstica de crianças ou adolescentes, as quais acabam partindo para a prostituição. Algumas até relatam que trabalharam em casas de família e que foram violentadas ou obrigadas a ter relações sexuais com o patrão ou com o filho do patrão. Aí elas dizem que para ser empregada doméstica, receber um salário mínimo e ser obrigada

a fazer sexo, preferem estar nas ruas, porque ganham muito mais. São meninas que não têm outra opção para se sustentar nem como seguir outra profissão. É uma total falta de perspectiva, de opção de trabalho. É uma questão de sobrevivência mesmo. É uma realidade muito cruel.

E os homens que vêm para o Brasil em busca de sexo com essas meninas?

Pelo lado dos gringos, acredito que seja uma questão cultural, de submeter outras culturas a uma situação de inferioridade. Digo isso porque acho que sair do próprio país para transar com uma menina em outro é como colocar a sua cultura acima, como a de um colonizador. No filme, mostro essa relação com os turistas alemães, que estão muito presentes em Recife. Acho que isso acontece por causa da erotização cultural do Brasil. A propaganda oficial era de mulheres de biquíni, de mulatas, do samba. É uma imagem que o país foi construindo e que foi vendida durante muitos anos, e que hoje permanece, a da mulher livre que transa com qualquer um. É uma série de clichês que só com o tempo vai diminuir.

O filme foi exibido na Alemanha. Como foi a repercussão lá?

Houve uma polêmica em Berlim durante a exibição da *premier* mundial de *Deserto Feliz*. Durante um debate, um alemão me perguntou por que eu havia escolhido como personagem para o filme um turista



alemão. Respondi que não havia escolhido o alemão, os alemães que tinham escolhido Recife para transar com as meninas. Houve um constrangimento na sala, mas várias pessoas vieram falar comigo depois e até a imprensa que estava cobrindo a exibição publicou isso como uma resposta muito boa. A gente acha que o problema não é só nosso. A gente quer dividir a responsabilidade porque os estrangeiros vêm aqui e pagam para ficar com essas meninas. Sem essa atitude, esse problema não existiria. A solução tem de ser pensada em conjunto também.

O que mais impressionou vocês?

Uma série de contradições, uma grande falta de informação da sociedade, um grande preconceito em relação ao tema. Essas meninas têm uma vida comum até certo ponto. A profissão é que as diferencia um pouco das demais, e, muitas vezes, a marginalização é uma maneira de isolá-las da sociedade.

Com o que essas meninas sonham?

As que trabalham com turismo sexual têm o sonho do príncipe encantado. De casar com um gringo e ir morar na Alemanha, por exemplo. Nós fizemos pesquisas em Berlim, encontramos meninas brasileiras em bares e, raramente, acontece uma história bem-sucedida de casamento. Mas às vezes até acontece. Pode acontecer de ter filho, de se adaptar e ir morar lá. Às vezes eles se apaixonam. Mas quando a menina chega lá, não aguenta o frio, a cultura, não aprende fácil a língua. Por esses motivos, são raros os casos que dão certo.

Mas essa esperança é diária principalmente no verão, na alta estação. Elas saem todas as noites na esperança de encontrar o príncipe encantado que resolva seus problemas e de virar "madame". Acham que vão para o shopping, vão ter empregada, que poderão frequentar restaurantes, viajar. É uma relação bem machista mesmo, da mulher submissa, que cuida da casa e serve o marido sexualmente. Mas todas querem sair da prostituição.

Elas também ficam encantadas pelo dinheiro que ganham?

De certa forma sim. Elas vão ao shopping comprar roupas de marca, querem ter o último modelo de celular, que pode ser comprado ou roubado. É uma semelhança com o grupo do tráfico. Eu vi isso quando pesquisei para outro filme, e estudei muito a violência na periferia. Você percebe que os meninos fazem tudo o que podem para ter o tênis Nike. As prostitutas também buscam esse consumo. E é uma das coisas de que elas se orgulham. Mostram o celular pra você, a calça de marca, falam que compraram no shopping, dizem quanto custou. Elas querem mostrar que têm dinheiro. E gastam de forma frívola porque não pensam no futuro. De certa forma, é como se fosse um investimento na "pessoa" delas, como algumas dizem. São roupas, perfumes, maquiagem, cabeleireiros. Pouquíssimas pensam no futuro.

Esse é um dinheiro mais rápido?

É sim. Não é dinheiro fácil, como muitas pessoas gostam de dizer, mas é rápido e muito detonador devido a tudo



o que esse dinheiro envolve: as doenças, o consumo de drogas, de bebidas para poder suportar a noite e essa vida. Muitas perdem as perspectivas de futuro e, às vezes, até perdem a vida. Seguem um caminho de marginalidade. É muito triste essa trajetória.

A vontade de consumir esses produtos estimula algumas meninas a ficar nessa vida?

Acho que também. É o reflexo de uma sociedade consumista. É a novela, a propaganda, o shopping center, o apelo da publicidade. Elas sentem muito preconceito em relação às pessoas de Boa Viagem e sentem-se muito marginalizadas. Às vezes, em um lugar público, quando uma menina está com um gringo, a sociedade já diz que ela é uma prostituta por não ser uma pessoa de classe média. Por isso, ela procura se vestir melhor para sair do clichê de prostituta, para poder sentir menos preconceito.

Essa maneira de se vestir é uma maneira de escapar um pouco da realidade, de sair do rótulo?

É sim. A realidade delas é muito dura, e o preconceito é muito grande. Elas sabem que essa fase de dinheiro vai passar rápido por causa da idade e entram naquele delírio de consumo, dinheiro, drogas, bebidas e farras. Mas, no fundo, elas sabem que tudo isso acaba destruindo a vida e o futuro.



criança e
CONSUMO



www.criancaeconsumo.org.br